

Edição de textos: um conflito solidário¹

Luciana Salazar SALGADO²
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP

Resumo

Este artigo sintetiza um programa de pesquisa desenvolvido desde 2003, com desdobramentos variados sobre o que temos referido por tópicos linguísticos de editoração. Em seu caráter de “amostra”, aborda discursivamente o tratamento editorial de textos, propondo a noção de ritos genéticos editoriais para designar uma série de processos dos quais faz parte a leitura profissional que configura a revisão de textos, uma atividade linguageira que define um lugar complexo, de atribuições opacas, condicionado e condicionante na dinâmica interlocutiva que revela. Com base nos estudos discursivos da comunicação, procuramos avançar no entedimento do que está em jogo no preparo de um texto autoral destinado à circulação pública.

Palavras-chave: revisão de textos; discurso; interlocução; ritos genéticos editoriais

Ainda a revisão de textos, que está por ser entendida

Nesta ocasião, propomos examinar aspectos da alteridade constitutiva do lugar de autor ao pôr em evidência o lugar de um leitor bastante específico: o revisor de textos, que conjuga, em seu trabalho de leitura, uma projeção de leitores futuros e a função de duplo autoral. Esse lugar abriga dinâmicas próprias, conforme os tipos de texto que passam por tratamento editorial e as instituições em que esses textos se produzem e se preparam para circular mais amplamente.

De fato, trata-se de uma atividade que não consiste apenas na aplicação objetiva de protocolos, tais como a prescrição gramatical normativa, para citar um dos aspectos mais fortemente ligados aos imaginários sobre revisão de textos; por isso, parece imprescindível abordá-la nas suas condições de emergência, na dinâmica social e histórica em que se inscreve. Da perspectiva discursiva assumida aqui, isso equivale a postular, de saída, que o mercado editorial é a conjuntura em que radica esse lugar de revisor.

Em linhas gerais, um mercado é sempre um ambiente de trocas; abordar discursivamente essas trocas implica procurar nas discursivizações os nós e ligaduras que permitem reconhecer um conjunto de entidades e de procedimentos identificados como

¹Trabalho apresentado no GP Produção Editorial no XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora doutora adjunta no Centro de Educação e Ciências Humanas, pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGL e do Programa de Pós-graduação em Literatura – PPGLit. Email: lucianasalazar@ufscar.br

responsáveis por elas. Implica, assim, considerar tanto os dizeres daqueles que as estudam, criticam ou com elas dialogam mostrando distância, quanto os dizeres dos que se põem como parte integrante desse ambiente. No caso dos textos escritos, essas discussões também estão diretamente ligadas às representações da autoria; juridicamente, deve-se levar em conta uma série de formulações que pretendem regular a produção intelectual, categorizar suas retomadas, julgar uma apropriação indébita, equalizar direitos do criador e acesso ao bem cultural, etc. (Cf. SALGADO; ANTAS Jr., 2011).

Para pensar essa problemática em termos de lugares, isto é, em termos de identidades sociais firmadas historicamente e manifestadas em práticas que se reiteram, valemo-nos de recentes desdobramentos da análise do discurso de tradição francesa que se voltam a objetos comunicacionais; neste caso, com ênfase na mediação editorial (ver, por exemplo, SALGADO, 2010). Importa lembrar que tais desdobramentos seguem assentados nas noções fundamentais de que a língua é constitutivamente opaca e polissêmica, os sujeitos são clivados, e as situações de interlocução são marcadas pela sobreposição de temporalidades de que se faz a história. Essa análise do discurso vê nos textos, ou melhor, nas práticas de textualização, as marcas da heterogeneidade e da alteridade constitutivas de todos os dizeres; noutros termos: delimita seus objetos na relação entre intradiscurso e interdiscurso.

Sobre essas bases, propomos o estudo do funcionamento discursivo que preside o preparo de textos destinados à circulação pública. E, então, é preciso lembrar que estão compreendidas aí tanto as práticas formalmente institucionalizadas quanto outras, menos oficiais mas igualmente generalizadas. E também que, se por um lado esse tipo de trabalho se intensificou recentemente e tem cada vez mais características peculiares ao nosso tempo (afinidades com tecnologias digitais, com a decorrente aceleração de processos e com as urgências de produtividade que impelem a alimentação desse ciclo), por outro, é herança de uma longa história que remonta a práticas anteriores até mesmo ao formato códex moderno: desde sempre o “original” de um autor, no longo processo que o transforma em publicação, retextualiza-se, passando por diferentes olhares e cuidados (ver, por exemplo, CHARTIER, 2007).

Assim, num mundo de aceleração dos ritmos e de multiplicação de tudo o que se oferece ao consumo (como as publicações), o tratamento editorial de textos parece exigir algo além do gostar de ler, do prazer de trabalhar com textos e do estrito conhecimento da

gramática como norma prescritiva, e cada vez mais esses leitores profissionais assumem trabalhos especializados em condições de execução peculiares (Cf. MUNIZ Jr., 2010).

Em termos da Classificação Brasileira de Ocupações³, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) organiza descrições de atividade profissionais por famílias, que são conjuntos de ocupações estabelecidos pelo reconhecimento de semelhanças características de um domínio de trabalho, que é mais amplo do que cada ocupação. Possivelmente, uma tentativa de prever flexibilidades asseguradas por algum rigor de definição.

Na atual versão, há uma família de “Profissionais da escrita” considerada próxima das chamadas famílias afins “filólogos, intérpretes e tradutores” e “editores”. Segundo essas descrições, trata-se de entender os profissionais da escrita como produtores de textos: “autor-roteirista; crítico; escritor de ficção; escritor de não ficção; poeta; redator de textos técnicos”. Quando se prossegue no documento, conforme os desdobramentos de uma descrição sumária, chega-se a outro quadro, que define as áreas de atividade ou as GACs – grandes áreas de competência. Neste caso: “escrever textos; criar projeto literário; pesquisar temas pertinentes ao projeto; elaborar esquema preliminar; buscar a publicação ou a encenação da obra literária; divulgar a obra”. Cada uma dessas GACs tem enumeradas as atividades que as definem. Reproduzo as que definem a mais ampla delas:

ESCREVER TEXTOS

Adequar linguagem ao público-alvo
Utilizar recursos retóricos para sedução dos leitores
Decodificar a obra para o público-alvo
Escrever de acordo com as especificidades do gênero da obra
Elaborar e reelaborar o texto
Justificar as ideias apresentadas no texto técnico, didático e científico
Refazer o livro didático periodicamente
Apresentar relatórios do desenvolvimento do trabalho
Reelaborar o texto final considerando pareceres críticos

Evidentemente, há aí uma expansão da noção de autoria. E, mais adiante, no item que define as competências pessoais pressupostas para o exercício dessas atividades, lê-se:

Competências pessoais 1 Demonstrar hábito de leitura 2 Demonstrar criatividade 3 Desenvolver intuição 4 Demonstrar senso de observação 5 Dominar a língua 6 Dominar a linguagem específica do veículo (tv, livro,

³ “A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.” Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

cinema, teatro, jornal etc.) 7 Negociar contrato de edição 8 Discutir direitos autorais 9 Participar de comissões julgadoras

Com vistas a circunscrever mais rigorosamente essas competências, checamos as famílias afins “filólogos, intérpretes e tradutores” e “editores”, às quais acrescentamos “profissionais do jornalismo”, e só nesta última família constatamos os ofícios “produtor de texto” e “revisor”, ambos sem definição estendida, isto é, sem atribuições delimitadas (para uma análise mais detida dessas categorias do MTE, ver SALGADO, 2013).

Como se vê, por aproximações é que podemos delinear o que se vem entendendo dessa atividade, de como ela participa da divisão do trabalho intelectual. Por ora, registremos que, segundo a perspectiva aqui assumida, o profissional que trabalha sobre os textos autorais não opera como coautor; antes, produz um descentramento do texto-primeiro que permite ao autor ser um outro desse outro de si, que faz anotações pontuais como quem deixa rastros a ser seguidos. Nessas trilhas de leitura explicitada, são feitas correções gramaticais, estabelecem-se padrões e seguem-se normas, mas esse trabalho vai muito além da ideia de corrigir, padronizar e normalizar; é da ordem do discurso, ou seja, exige o preenchimento da transitividade: corrigir com base em que parâmetros? Padronizar com base em que projeto? Normalizar com base nos procedimentos de que comunidade de circulação? Eis a alteridade constitutiva que impõe a relação intradiscurso (textualização acontecendo) e interdiscurso (acontecendo no jogo com as coerções dadas e herdadas).

Nos ritos genéticos editoriais, um conflito solidário

Levando sempre em conta a transitividade acima descrita, pensamos nos processos de tratamento editorial de textos, isto é, na implicação de atividades de preparação, de copidesque, de cotejo, de pesquisa... e de revisão final como uma gênese – em termos discursivos, bem entendido: algo sempre fala antes e alhures, portanto toda criação autoral se pretende um ponto zero paradoxalmente feito do que tem à mão, em circulação, que de algum modo já está ou esteve posto. Examinemos, a seguir, um conjunto de excertos de materiais que passaram por tratamento editorial de textos em um mesmo ano, conduzidos por um mesmo revisor sobre textos pertencentes a um mesmo grande campo: a educação⁴. Em negrito estão as marcações do revisor, originalmente em magenta; as notas (originalmente de rodapé) são o recurso usado pelo revisor para fazer comentários.

⁴ Os dados pertencem ao arquivo de trabalhos do coletivo Confraria de Textos e foram cedidos com observância dos termos de sigilo. Agradecemos imensamente à coordenadora do núcleo técnico, Helena Meidani.

Comunicado de início de ano letivo de uma escola privada

excerto I

(...) Vamos falar de **dois**¹ **aspectos** do nosso trabalho com **os** pais - **os** combinados, **ou** as regras de convivência de toda a comunidade (alunos, pais, professores **e funcionários**²) dentro da **Escola**, e **as** reuniões, **que** são nosso maior canal formal de orientação e reflexão conjunta com os pais sobre as questões que se colocam no cotidiano do trabalho pedagógico.

[1] Porque logo depois se diz "um deles (...)" e o outro (...)" . Então, são dois, certo?

[2] Que nesse Colégio, em particular, têm importância central no cotidiano, inclusive do ponto de vista educacional, não é?

excerto II

Copa Copa Copa Copa **Copa**...⁶

A **Copa Mundial de Futebol** está chegando e, como **haverá** alguns jogos **do Brasil** em horários de aula, reorganizamos nossa rotina.

[6] É isso mesmo? A palavra "Copa" escrita várias vezes? Se sim, sugiro 6, pois o Brasil está atrás de ser hexacampeão, não é? (Não precisa dizer mais nada do que isso: quem for esperto que conte o número de vezes que se escreveu "Copa".) De todo modo, as reticências estão sobrando.

Retenhamos destes dados o que o revisor comenta em nota. No excerto I, ao acrescentar um termo à gradação definidora de “toda a comunidade” escolar, ao mesmo tempo que justifica uma inclusão (note-se que ele não justifica todas as manobras que faz), procura legitimar sua intervenção recorrendo ao conhecimento que tem da escola na qual circulará o comunicado, e mais: da comunidade que a constitui, cujos funcionários “nesse Colégio, em particular, têm importância central no cotidiano, inclusive do ponto de vista educacional”. No excerto II, há uma consideração sobre a adequação do aspecto lúdico sugerido no título original do tópico, na qual se evoca toda uma discussão sobre estilo com uma pergunta retórica (“É isso mesmo? A palavra ‘Copa’ escrita várias vezes?”). Ou seja, para esse leitor, é duvidosa a proposta, por isso se põe na busca de uma razão orgânica para a “brincadeira” (a torcida grita pelo hexacampeonato: “Se sim, sugiro 6, pois o Brasil está atrás de ser hexacampeão, não é?”), e aponta para a relação do estilo com a comunidade de circulação desse texto, com o interlocutor que o próprio texto constroi (“não precisa dizer mais nada...”). Aqui, trata-se de vislumbrar dois leitores construídos em duas etapas distintas de leitura: o revisor prevê que seu leitor (que é o autor do texto) precisa dessa advertência sobre o fato de seu texto prever, com essa brincadeira, um tipo de leitor –

aquele que entende a brincadeira, que é “esperto”. Note-se, por fim, que sobre “as reticências”, o revisor é categórico, nada pondera. Assume voz de autoridade, terminativo.

Relatório de pesquisadoras acadêmicas encomendado por duas fundações de empresas privadas financiadoras de projetos educacionais

excerto I

Quantitativamente, esses patamares nos aproximam da universalização do ensino fundamental, mas, **segundo os** indicadores de qualidade e equidade, ainda estamos **longe** dos padrões desejados e necessários. Cada vez mais um maior número de crianças e adolescentes pobres tem acesso à escola, **mas** eles estão aprendendo menos^[30] e não **têm** a garantia de terminar os estudos básicos.

^[30] Há aí um problema lógico: se se diz que eles entram cada vez mais na escola, então estão aprendendo mais do que antes, quando entravam menos na escola, não é assim? Agora, se se diz que entram mais na escola mas aprendem menos, é preciso completar o raciocínio: aprendem menos do que quem? (Ou podemos mudar a frase, também, mas mudar como? Para dizer o quê?)

excerto II

Escola de Bebedouro^[1]

Localizada em bairro de população com baixa renda, geograficamente “segregada”^[2], carece de espaços e equipamentos coletivos de cultura e lazer para uso dos moradores^[3]. Hoje, a escola municipal **já** tem o ciclo II do ensino fundamental, o que representa novidade e crescimento; **até** 2003, **o curso terminava** no ciclo I. Muito organizada e limpa, com recantos e ambientes aconchegantes, arte nas paredes, causa uma impressão positiva desde a entrada. Essa escola tem um papel social importante no entorno^[4], **por acolher alunos e pais e ser por eles acolhida.**

^[1] É deliberada a omissão do nome da escola?

^[2] Por quem? De onde? E por que entre aspas?

^[3] A escola? E ela deveria ter isso? Que outras escolas, públicas ou particulares, têm?

^[4] A frase poderia terminar aí, porque o que está em cinza não acrescenta nada, não é?

excerto III

Escola de São Carlos

Localizada em região periférica, atende população de baixa renda, **mas** não oferece cultura e lazer para os habitantes^[12]. Integrada à rede estadual de ensino, tem **três ou quatro** salas de cada série, **de 5^a a 8^a**. Chama a atenção **seu** aspecto geral pouco cuidado, **com** instalações mal conservadas e grades internas nos corredores. **Pais e alunos se declararam** incomodados com o estado da escola.

^[12] Mesma pergunta: a escola? E ela deveria ter isso para oferecer para "os habitantes"? Esse pressuposto não é evidente, é?

excerto IV

Embora **fique** num bairro bem urbanizado, residencial, com padrão construtivo de boa qualidade, também carece de espaços e equipamentos coletivos de cultura e lazer para uso dos moradores^[21]. **Nos últimos anos, a escola passou** por várias modificações e acaba de se estabilizar com **ensino fundamental e médio** completos sob uma mesma direção.

^[21] Mas ninguém ousaria exigir isso de nenhuma escola particular. Por que se exige da pública?!

Neste segundo grupo de excertos, fala um autor que não é apenas fiador do que se diz, como é o caso da Coordenação Pedagógica de uma escola no primeiro grupo de excertos. Aqui, falam atores sociais, autores que, além de dar garantias de que o texto tem uma fonte que por ele se responsabiliza, assumem um lugar de autoridade para tratar de especificidades (fazem um Relatório de Pesquisa) que se define numa injunção funcional (são pesquisadores que vivem, entre outras coisas, de produzir textos – artigos, análises, relatórios, etc.)⁵.

Vemos que o revisor também neste caso faz marcações que não explica, possivelmente seguindo um protocolo que considera o gênero discursivo em questão, o tipo de fluência e precisão que deve ter. A nota do primeiro excerto aponta para isso: é preciso dizer com precisão com que parâmetros se constroi uma comparação. E o revisor, ao contrário do tom terminativo que vimos acima, evidencia o problema lógico, mas abre a questão, se prontifica a pensar sobre um conteúdo a ser informado e sugerir uma formulação condizente com o texto em tela. Ele está, digamos, a serviço dos autores.

É o que se pode verificar nas notas do excerto II: as perguntas localizam a falta de elementos de precisão que supostamente um Relatório de Pesquisa deve ter. A pergunta sobre a opacidade gerada pelas aspas em “segregada” parece especialmente interessante: vem no fim de uma sequência modalizadora – “Por quem? De onde? E por que entre aspas?” – e escancara uma imprecisão indesejável, pondo em questão os próprios lugares de fala dos pesquisadores. Em todo caso, há um tom técnico nas notas do revisor até aí. Já nos excertos III e IV, vê-se um processo de subida de tom: a mesma questão que já surgira no excerto II, sobre as escolas terem equipamentos de lazer para atender à comunidade externa,

⁵ Valemo-nos de uma terminologia proposta por Maingueneau (2010) no quadro teórico aqui mobilizado. Trata-se de entender que uma autoria é sempre instituída na relação de uma prática de escrita com sua inscrição material e a respectiva circulação, sendo que há autores *fiadores* (que se responsabilizam pelo texto posto em circulação), autores *atores* de um campo (para os quais a autoria é uma exigência definidora de seus lugares institucionais) e *auctores*, autores consagrados numa dada conjuntura histórica por uma dada comunidade que o comenta, o resenha, o homenageia, estabelecendo uma correlação com uma obra (um *opus*).

aos “habitantes”, por exemplo, reaparece primeiro com um marcador retórico (“Mesma pergunta:...”), depois com um tom francamente indignado (“Mas ninguém ousaria exigir isso de nenhuma escola particular. Por que se exige da pública?!”). Considerando que se trata de um leitor profissional que opera sobre o texto do outro pautado por uma série de conhecimentos, sobretudo linguísticos e metalinguísticos, podemos fazer a hipótese de que assume propositalmente um viés argumentativo com o marcador que avisa (adverte?) sobre uma repetição evidente: a mesma pergunta é feita. Mas não só, ela é de fato refeita em um tom mais alto, posto que à primeira se acrescentam o termo “habitantes”, pondo em relevo um léxico que talvez fosse estranho à semântica mais estritamente escolar, e o complemento “Esse pressuposto não é evidente, é?”, cuja força argumentativa se assenta na estrutura retórica de uma asserção em forma de pergunta. No excerto IV, um posicionamento é explicitado: há uma asserção com pontuação calculada - “?!”.

Certamente muito podemos dizer a partir dessas ocorrências; nesta ocasião, detenho-me no registro de uma observação que abre para um dos canteiros deste programa de pesquisa: comparando-se materiais do campo da educação com materiais de outros campos em processo de tratamento editorial, parece possível levantar a hipótese de que se trata de um campo em que aflora um engajamento político ou ideológico dos revisores, como de outros envolvidos no processo. Arrisco uma explicação inicial: trata-se de um campo constituído por temáticas transversais, que tocam a todos de algum modo.

Seja como for, considerando que estes dados são de materiais editoriais efetivamente trabalhados e levados a público, importa registrar que é evidente a relação que se estabelece entre tipos de autor, revisor, gêneros de discurso textualizados, discursos transversos condicionantes das normas e técnicas mobilizadas, posicionamentos que apontam no texto o que está fora, e que recai sobre o que está dentro; que objetivam no texto o que é subjetivo, e que, assim objetivado, produz subjetivação (sobre isso, ver, por exemplo, SALGADO; MUNIZ Jr., 2011).

A seguir, um último grupo de excertos do conjunto em análise:

Uma aula de História em material didático

excerto I

História: uma ciência humana^[1]

O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja^[2] carne humana, sabe que lá está sua caça.

Marc Bloch, *Apologia da História ou o ofício do historiador*

^[1] As iniciais maiúsculas podem dar uma ideia errada de ciência, né? (Ou você tem uma razão para usar as maiúsculas? Se for só por questão de destaque, não precisa.)

^[2] Essa palavra foi alterada em função do texto que se apresenta na *roda de leitura*, ok?

excerto II

[...]convencionou-se que o início da História seria a partir da invenção da escrita, por volta de 4000 a.C., no Oriente Próximo.

A fase anterior à existência da escrita é chamada Pré-História, dividindo-se **nos períodos** Paleolítico e Neolítico^[7]; já a História está dividida em quatro grandes **fases**^[8]: Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Colocamos, portanto, duas questões: [...]

^[7] Não cabe dar nem uma breve (brevíssima) explicação sobre cada um deles, o Paleolítico e o Neolítico? (Ou tudo bem o aluno só ficar sabendo disso nas aulas 1 e 2?)

^[8] Para usar uma palavra feminina, que concordasse com os adjetivos que se seguem.

excerto III

[...] **Por isso**, a contagem do tempo e a divisão em quatro períodos se mostra mais que arbitrária, pois outras culturas – como a islâmica, a chinesa ou a indiana – têm **organizações temporais e marcos históricos** completamente diferentes **dos ocidentais**. No entanto, enquanto essa perspectiva europeia não **deixar de ser praticamente hegemônica**^[10], [...]

^[10] Suprimiu-se daí a palavra “derrubada”, pois, na perspectiva que se apresenta aqui, ela também, como as outras, deve ter seu lugar na construção do saber histórico, não é isso?

Neste grupo de excertos de um livro didático de História, encontramos, mais uma vez, um tom de engajamento do revisor: há uma preocupação com o fato de ser uma aula, de “o aluno só ficar sabendo” alguma coisa mais adiante; considera-se que “na perspectiva que se apresenta aqui,” um dado que ia ficando de fora “deve ter seu lugar na construção do saber histórico”. O revisor, leitor profissional, apoia-se no próprio texto para apontar o que lhe falta – ou lhe parece faltar – dentro de um certo campo de saber, conforme suas prescrições didáticas. Os protocolos são seguidos, como vimos nos grupos de excertos acima, em conjunção com perguntas que reabrem os textos, pedem confirmação, preenchimento, conversa. Nunca finalizam o texto (e a revisão de textos, lembremos, é vulgarmente pensada como um momento final do processo, de fechamento).

Essa conversa *no* texto, nestes dados, mostra uma vertente interessante do programa de pesquisa: a linearidade dos textos é uma ilusão; a rigor, não eles têm propriamente começo, meio e fim, pois os sentidos se produzem na aula introdutória, como ressonância

também do que está nas aulas 1 e 2, adiante; a epígrafe recebe um ajuste conforme o que se leu em seção posterior, a “roda de leitura”; às conexões lógicas entre sentenças que exigem uma palavra no feminino ou que se usem maiúsculas ou minúsculas por diferentes razões normativas, conjugam-se cuidados com a circulação futura do texto, com seu público projetado (que aluno?), com o modo como será lido (esclarece-se algo agora ou só nas aulas adiante?). E também é possível flagrar, como nos excertos do grupo anterior, um questionamento da posição do autor: se se quer ensinar que as diferentes perspectivas de periodização histórica devem ser levadas em conta, não se pode simplesmente banir aquela que é hegemônica – a europeia... Pelo menos não em um material didático que está se pondo como ponderado, mediador, segundo a leitura desse revisor: “Suprimiu-se daí a palavra ‘derrubada’, pois, na perspectiva que se apresenta aqui, ela também, como as outras, deve ter seu lugar na construção do saber histórico, não é isso?”.

No que diz respeito ao tom do revisor neste último grupo de excertos, é interessante notar como modaliza, explica manobras que nos grupos anteriores não explicou, apresenta sua autoridade de leitor como quem está atento ao texto do autor-professor, como quem aprende com ele. Nunca é terminativo; ao contrário, deixa sempre a possibilidade de o autor não seguir os rastros da leitura anotada. Há um tom humilde, que mostra cada caminho que faz, mesmo quando se trata de efetivamente corrigir um erro gráfico: “Essa palavra foi alterada em função do texto que se apresenta na *roda de leitura*, ok?”. Esse “ok?” pede anuência a uma anotação sumariamente corretiva, segundo protocolos de um ofício que pressupõe checagem atenta do arquivo completo. Talvez por que fale aqui um auctor. Um professor conhecido e conhecedor dos conteúdos que o revisor não tem como conhecer, a princípio. Trata-se de um texto didático que, por definição, fala de cima para baixo, ou do centro para a periferia, ou da fonte para a ramificação.

Uma visada desse conjunto de grupos de excertos dá a ver que a intransitividade mencionada acima se põe na própria constituição da autoria: um autor é autor-de-X, e disso decorrem os trabalhos, os processos e também a relação que estabelece o lugar do revisor – que, então, nunca é só revisor, mas revisor-de-X.

A mesma pessoa que trabalhou nesses três grupos de materiais apresentados não é propriamente o mesmo revisor. É certo que mobiliza um conjunto semelhante de protocolos, de normativas, de práticas, enfim uma miríade de ritos que forjam, mais ou menos, todos os textos que vão a público como objeto editorial. De todo modo, vemos que se impõem, em cada caso, variações de tom reveladoras das relações entre os lugares de

autor e revisor conforme os tipos de autor, que estão ligados a tipos de texto, decorrentes de regimes genéricos específicos, etc. Podemos dizer que a correção (ou as diferentes possibilidades de corrigir), a padronização (ou os diversos padrões que podem se impor) e a normalização (ou as várias normas que se entrelaçam com demandas linguísticas ao exterior da linguagem) são parte da calibragem dos textos. É nessa calibragem que o lugar do revisor se institui, conjugando as posições de um leitor-primeiro do autor-origem e de um duplo do autor-deslocado. O revisor põe em cena um conflito solidário: os atritos de suas notas não existem senão para que o texto que vai a público tenha a melhor qualidade possível.

A definição do autor-dono-do-texto é tanto mais nítida quanto mais abertamente marca seu outro, sendo que o outro não é qualquer um, mas aquele que é imprescindível não ser. Nesses termos, o tratamento editorial de textos é uma possível confirmação da autoria, na medida em que é um exercício de alteridade explicitado pelo trabalho do interlocutor editorial, que se põe como um outro do autor ainda no processo autoral. Lê antes da publicação, “ensaia” interlocuções futuras, aponta caminhos e descaminhos que enxerga no texto, mas não pode pretender padronizar o traço distintivo, digamos, as singularidades que caracterizam um autor.

Não se trata de acudir em favor da volta de um Autor outorgando-lhe os poderes de que foi inteiramente destituído por muitos estudos estruturalistas, por exemplo, mas de entender que há “sujeitos trabalhando”, enunciadores que “deixam suas marcas nos objetos que produzem” (POSSENTI, 2002, p. 137). O que não significa dizer que o autor, figura central, seja o soberano do que diz. Possivelmente, ele dá o tom e talvez reja a banda, mas também ele dança conforme a música.

Isso nos remete mais amplamente às condições de produção dos objetos editoriais: todas as etapas do tratamento gráfico que o material recebe no percurso editorial (impresso ou digital) podem ser entendidas também como parte da criação, da composição, da construção de um texto que se prepara para uma vida pública. Isso vale inclusive para a etapa de revisão de provas, em que aspectos mais estritamente formais como normalizações, padronizações, correções de digitação e congêneres são observados na sua consonância com as condicionantes materiais, como capa, ilustração, paratextos, diagramação das páginas, formato de notas, recursos de destaque, etc. Tudo isso faz parte da identidade de uma publicação; tudo isso é processo de tessitura, são ritos constitutivos de um objeto que jamais coincide com os “originais” do autor.

Sobre esse eixo de reflexão, que tem norteado muitos trabalhos sobre a autoria na contemporaneidade, diz Peter Jaszi:

Certamente seria útil examinar como o autor se tornou individualizado numa cultura como a nossa [ocidental], que status lhe foi conferido, em que momento os estudos de autenticidade e da atribuição de autoria começam, em que tipo de sistema de valores o autor foi envolvido, em que ponto começamos a recontar as biografias dos autores em vez das histórias de heróis, e como se instituiu essa categoria fundamental “crítica ao homem-e-seu-trabalho”. (2006, p. 30)⁶

Para abarcar as produções intelectuais que vê como *coletivos criativos*, Jaszi põe relevo no que chama *work-for-hire*, que podemos entender tanto como as encomendas de editores, muito frequentes no caso de coleções de livros didáticos, técnicos, de autoajuda e congêneres, e também em traduções, inclusive literárias; quanto as “encomendas” das carreiras profissionais. São bastante conhecidas as exigências relativas à publicação de trabalhos dos professores e pesquisadores acadêmicos, nas universidades públicas, nos centros universitários privados e fundações, e também de profissionais da saúde não acadêmicos, e mesmo de executivos, sobretudo no que tange aos temas administrativos e de marketing. Em diversas profissões, hoje, a autoria de textos públicos é, se não uma exigência, uma possibilidade que pode conferir notoriedade ao profissional e benefícios dela decorrentes.

Assim, entende-se que os mitos construídos em torno do trabalho dos autores – malditos, nobres, eremitas, sábios, detentores de segredos, didáticos, generosos... – valem hoje para os escritores de todos os tipos de publicação, ou quase todos, posto que todas essas produções intelectuais se encontram – e até mesmo, em alguns casos, se confundem – no mercado de trocas. Um mercado cuja especificidade são as práticas de textualização que engendram objetos produtores de subjetivação, como os livros, que são paradigmáticos. E, em sua fabricação, podemos dizer que, no âmbito da cadeia criativa (e não da produtiva, propriamente), autor e revisor de textos são ambos escribas com funções distintas, o revisor operando como um *sparring* do autor.

Importa, por fim, frisar que a etapa editorial de trabalho com os textos não é um acabamento, embora vá nessa direção. Mesmo num texto correto, do ponto de vista

⁶ Original: “Certainly it would be worth examining how the author became individualized in a culture like ours, what status he has been given, at what moment studies of authenticity and attribution began, in what kind of system of valorization the author was involved, at what point we began to recount the lives of authors rather than of heroes, how this fundamental category “the man-and-his-work criticism” began.

gramatical, com a fluência de uma escrita experiente, há reparos a fazer, porque em todo texto há sempre brechas para deriva. Portanto esse trabalho sobre os textos não pode pretender evitar tais fendas, frestas e desvios, mas, ao apontar alguns deles, pode gerir taticamente a textualização, marcando certos caminhos como preferenciais, possibilitando, com esses apontamentos, uma distância do escriba autor em relação a seu texto, qualificando sua leitura, garantindo-lhe os traços de sua autoria. Isso acontece porque esses escribas trabalham numa dimensão discursiva: formas de dizer são postas em questão e, com isso, necessariamente os próprios dizeres. Esse descentramento do autor permite (ou exige) que ele seja um leitor de seu texto e, então, que a versão oferecida a futuros leitores enseje consistentemente sua legitimidade, acolhendo desde os ritos genéticos editoriais a alteridade que toda publicação pretende suscitar quando circula.

Considerações finais

O ofício de escrever supõe sempre que haverá trabalho de um outro, isto é, que um outro correrá umas linhas, tardará noutras e é provável que tropece lá e cá, pois o encontro entre sujeitos é sempre no caminho, caminhantes que são os sujeitos ao se porem nas cenas de enunciação (e as leituras, como as escrituras, são modos de pôr-se nessas cenas).

De fato, a cada nova leitura esse processo se reinicia em alguma medida. Provavelmente por isso há tantos textos engavetados, que nunca ficam prontos, porque um texto só está pronto quando se decide que vai circular, e não quando se crê ter chegado a uma versão efetivamente definitiva. Os textos, linearizações de discursos, não têm fim. Por definição. E os ritos genéticos editoriais não são outra coisa senão a celebração disso.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, R. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura (séculos XI – XVIII). Trad. Luzmara C. Ferreira. São Paulo: Unesp, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de autor em análise do discurso. Trad. Helena Brandão. In: MAINGUENEAU. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010, pp. 25-48.

MUNIZ Jr., José de Souza. **O trabalho com o texto na produção de livros**: os conflitos da atividade na perspectiva ergodiológica. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/>

SALGADO, Luciana Salazar; MUNIZ Jr., José de Souza. Da interlocução editorial: a presença do outro na atividade dos profissionais do texto. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n.5, p. 87-102, 1º 2011. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/4498/4131>

SALGADO, Luciana Salazar; ANTAS Jr., Ricardo Mendes. A criação num “mundo sem fronteiras”: paratopia no período técnico-científico informacional. **Acta Sicientiarum**. Culture and Language, Maringá, v. 33, n. 2, p. 259-270, 2011. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/14012/14012>

SALGADO, Luciana Salazar. Ritos genéticos editoriais: uma abordagem discursiva da edição de textos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.57, pp. 253-276, 2013a. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/5865>

_____. A circulação da energia social inscrita na vitalidade dos textos. **Alfa**, São Paulo, 54 (1): 11-31, 2010. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2868>.

POSSENTI, Sírio. O sujeito e a distância de si no discurso. In: POSSENTI. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar, 2002.

WOODMANSEE, Martha; JASZI, Peter (orgs.). **The Construction of Authorship: Textual Appropriation in Law and Literature**. Londres: Duke University Press, 2006.

YAMAZAKI, Cristina. **Edição de textos na produção editorial de livros**: distinções e definições. 2007. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/>